

Descentralização beneficia contribuintes

ADAUTO CRUZ



Celso Albano: descentralizar os serviços para melhorar a qualidade do atendimento

O contribuinte do Distrito Federal não precisará mais se deslocar à Secretaria de Finanças para obter quaisquer informações. Isto porque todas as divisões da SEF situadas nas cidades-satélites estarão em breve integradas ao Sicar — Sistema Integrado de Controle de Arrecadação, possibilitando qualquer consulta sem que o interessado precise se deslocar até o Plano Piloto. Ao dar essa informação o secretário de Finanças do DF, Celso Albano, enfatizou que esta é mais uma contribuição do Governo José Ornellas, no sentido de melhorar o nível da arrecadação tributária no Distrito Federal, facilitando a vida dos contribuintes.

Celso Albano informou também que a partir de 1º de agosto será iniciado pela SEF o cadastramento dos contribuintes de Imposto sobre Serviços (ISS), com o objetivo de atualizar os dados referentes a esse imposto. Com relação ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) acrescentou que os contribuintes que ainda não receberam seu carnê deverão recebê-lo a partir da próxima sexta-feira e terão prazo legal para efetuar o pagamento.

A Secretaria de Finanças do Distrito Federal premiará hoje, em solenidade que será realizada no auditório do San Marco Hotel, os 58 contribuintes do DF que mais se destacaram no volume de arrecadações no ano de 1983. Segundo o secretário de Finanças, este ano a premiação traz novidades: na área de Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) estão em ascensão as empresas de informática e as empresas de alimentação, que este ano ultrapassaram as indústrias em volume de arrecadação.

A Secretaria de Finanças do Distrito Federal começou a implantar a partir deste ano uma nova sistemática de trabalho com o objetivo de racionalizar seu atendimento ao público. O primeiro ataque do Governo José Ornellas foi em cima da descentralização de serviços. Dentro da competência da SEF, 16 portarias e ordens de serviços foram expedidas nos últimos anos — somente do ano passado para cá sete portarias foram publicadas no Diário Oficial do DF — delegando ao chefe de gabinete, diretores de departamentos e coordenadores poderes para resolver questões que antes teriam, obrigatoriamente, que passar pela mesa do secretário.

“A idéia foi agilizar o serviço de tal forma que o atendimento ao contribuinte pudesse apresentar uma melhoria na qualidade”, disse o secretário Celso Albano, acrescentando: “Nossa atitude se fez na delegação de competência, transferindo para os diretores de departamento ou de divisão de arrecadações condições de exercer atos que antes eram de competência exclusiva do secretário”.

Celso Albano observa que, simultaneamente, houve um processo de racionalização de serviços, com a introdução de tecnologia de mecanização, cujos dois principais destaques são o Sicar-Sistema de Controle de Arrecadação, que permite a prestação de informações imediatas, e a implantação de um computador próprio da Secretaria, para entrada de dados na unidade central da Codeplan e, paralelamente, processar os serviços específicos da SEF.

Para atingir esses dois objetivos, segundo o secretário de Finanças, houve necessidade de preparar o pessoal e reformular as instalações da secretaria. No que se refere a pessoal, esse preparo se fez na orientação quanto aos princípios que regem o atendimento ao contribuinte, além do treinamento para o trabalho com equipamentos e com as informações. Quanto às instalações, não só o edifício-sede da SEF sofreu modificações internas, mas também houve mudanças em todas as divisões de receitas. Atualmente a Divisão de Receita da Cellândia está em processo de construção e deverá ficar pronta ainda este ano. E, segundo o secretário de Finanças, até o final do ano, todas as divisões estarão integradas ao processo do Sicar.

Com isso, a Secretaria de Finanças cumpre o seu objetivo, que é o de dotar o Distrito Federal de recursos orçamentários próprios. Prova disso é que nos últimos anos a participação do Governo Federal no Orçamento do DF tem sido relativamente menor. No ano passado, por exemplo, o GDF conseguiu realizar todo o seu plano de trabalho e espera alcançar os objetivos também neste ano.

Para o secretário Celso Albano, o Distrito Federal tem tido o privilégio de executar o seu Orçamento com um mínimo de endividamento e quando isto se faz necessário, os recursos contratados são destinados exclusivamente para a realização de projetos de nítido interesse social. “Importa afirmar que não contraindamos dívidas para atender despesas de custeio”, diz ele.

O governo José Ornellas, mesmo com as dificuldades financeiras enfrentadas por todos os Estados, inclusive o Distrito Federal, tem programado a utilização dos seus recursos orçamentários dirigindo-a para o atendimento das necessidades prementes da sociedade brasileira.

Em 1.983, o Governo do Distrito Federal teve uma despesa realizada de Cr\$

235 bilhões com pouco mais de 1% desse valor proveniente de recursos contratados. Quanto aos setores mais beneficiados a SEF destaca a função Educação e Cultura, com 27,6% da quele montante e a função Saúde e Saneamento, com 26,47%, totalizando, ambas, mais de 54% do total da despesa Orçamentária realizada em 1983. Além destas, foi canalizado para Defesa e Segurança Pública uma despesa correspondente a 10,25% e para Habitação e Urbanismo, 8,07%.

“Como se vê, dos Cr\$ 235 bilhões do Orçamento de 1.983, o Governo aplicou nas áreas mencionadas, nada mais nada menos que Cr\$ 170 bilhões, o que corresponde a 72,5% da despesa global”, informa o Secretário de Finanças. Celso Albano acrescenta que este ano, até junho, o Orçamento do DF mostra uma despesa já empenhada da ordem de Cr\$ 255 bilhões e só a despesa com Pessoal e Encargos, provável, para julho a dezembro é de Cr\$ 278 bilhões, indicando um orçamento final estimado em Cr\$ 600 bilhões.

A Receita Orçamentária do Distrito Federal é constituída, basicamente, de sua receita própria, das transferências da União a título de Contribuições e Auxílios e da participação do Distrito Federal, enquanto Estado e Município, nos tributos federais e outras transferências. Na receita própria desponta a receita tributária, com uma participação superior a 80%.

Até junho deste ano, a receita tributária registrava uma arrecadação da ordem de Cr\$ 88 bilhões contra Cr\$ 91 bilhões da receita própria. No mesmo período, as contribuições da União montavam a Cr\$ 122 bilhões e a participação do DF nos Tributos federais e em outras transferências, o correspondente a Cr\$ 16,2 bilhões. Outras receitas, tais como receitas de convênios e de operações de crédito, complementam o total da Receita Orçamentária realizada até junho/84, no valor de Cr\$ 228,7 bilhões.

Vale esclarecer que a despesa até junho, da ordem de Cr\$ 255 bilhões, efetivamente não foi realizada integralmente. Refere-se a despesa empenhada, na qual constaram inúmeros projetos que têm seu desenvolvimento ao longo do exercício. Até junho o Governo já desembolsou, pagou aos seus fornecedores, prestadores de serviços e servidores públicos, Cr\$ 192,6 bilhões.

“Os compromissos do Governo do Distrito Federal são assumidos rigorosamente dentro dos limites de sua capacidade de geração de receita. Excepcionalmente, como já afirmamos, é que se utiliza de operações de crédito. Por isto que o Governo do Distrito Federal mantém em dia o pagamento de todos os seus compromissos financeiros”, informa o secretário de Finanças.

O Cadastro Fiscal de Contribuintes do Distrito Federal registra, hoje, um total de 303.050 inscrições, sendo 244.122 relativamente ao IPTU, 42.278 do ISS e 18.590 do ICM.

Incentivada pela política de modernização administrativa defendida pelo governador José Ornellas, a SEF tem desenvolvido intenso esforço para dotar a Administração Tributária de um modelo administrativo e gerencial moderno e eficiente.

Recentemente foi inaugurado o Sicar — Sistema Integrado de Controle da Arrecadação — que, embora em fase de consolidação, já está produzindo resultados estimulantes.

“Os ajustes vêm sendo feitos sem muitos traumas e temos certeza de que até o final do ano teremos o Sicar como um dos mais eficientes, modernos e perfeitos sistemas de controle da

arrecadação tributária do País”, diz Celso Albano, acrescentando: “Evidentemente que para esse sistema produzir tão positivamente quanto esperamos, estamos, desde o ano passado, promovendo um processo de racionalização administrativa e dos métodos operacionais. Em 1983 concluímos o cadastramento dos contribuintes do ICM e neste ano estamos aprimorando o cadastro fiscal do IPTU e da TLP e, a partir de agosto, estaremos promovendo o cadastramento dos contribuintes do ISS”.

A qualidade e eficiência desses cadastros fiscais são condições imprescindíveis a uma administração tributária, para que possamos acompanhar e adaptar-se com a agilidade necessária, a realidade do quadro econômico-social em que se insere.

E em consequência da condição citada que são gerados os programas fiscais de acompanhamento da arrecadação em função da capacidade de geração de tributos pelo universo de contribuintes do Distrito Federal. Em outras palavras, um cadastro atualizado fornece, com segurança e de forma sistematizada, informações sobre o comportamento da arrecadação, identificando, também, por setores econômicos, evasões fiscais ou desaquecimento desta ou daquela atividade econômica.

Independente do aprimoramento dos mecanismos de controle da arrecadação, o Governo, através da Secretaria de Finanças, procura estabelecer outros mecanismos que possam também contribuir para a melhoria do nível da arrecadação tributária. São os instrumentos de motivação, tais como campanhas de educação tributária e o Concurso Bolão Fiscal.

No caso da educação tributária os esforços iniciais estão dirigidos para o jovem estudante, aquele que também em futuro próximo estará dando sua parcela de contribuição pecuniária (o tributo) para o bem-estar coletivo.

“Neste momento estamos desenvolvendo um trabalho com o apoio da Secretaria de Educação e Cultura, levando às salas de aulas da rede oficial de ensino, numa primeira etapa, noções gerais sobre o que é o imposto, sua importância para o desenvolvimento social e como são administrados os recursos provenientes da arrecadação tributária. Estaremos, também, promovendo um concurso de monografia sobre “o que é o imposto”, tendo como participantes os alunos das escolas visitadas”, afirma Celso Albano.

Já o Concurso Bolão Fiscal tem a participação de toda a comunidade brasileira e emobora receba um envolvimento de cunho educativo — a importância do imposto como instrumento para o desenvolvimento econômico e social — sua marca principal está voltada para o incremento imediato da arrecadação tributária. Isto ocorre sempre que o consumidor exige a Nota Fiscal ou documento fiscal substituto, em suas compras no mercado de Brasília, evitando, com este ato cívico-tributário, possíveis evasões fiscais.

O governador José Ornellas tem dispensado especial atenção à melhoria do sistema arrecadador de tributos do DF. Em seu Governo, o quadro de servidores fazendários recebeu novos fiscais de tributos e brevemente está sendo aumentado com o ingresso de novos controladores de arrecadação. O treinamento e a valorização profissional desses servidores têm contribuído de forma altamente positiva para o aprimoramento da Administração Tributária, seja pelo maior empenho desses técnicos na execução das suas atribuições, seja pelo interesse que vêm manifestando em pesquisar e desenvolver programas fiscais racionais e de maior produtividade.

Segundo Celso Albano, “a compreensão, a confiança mútua, o bom relacionamento entre os agentes de produção — o comércio, a indústria, o produtor — e os agentes de fiscalização são parâmetros imprescindíveis para alcançar-se os objetivos de Governo. Este esforço tem orientado todas as ações de Governo na obtenção de resultados satisfatórios. O seu programa de desburocratização, de melhoria das instalações físicas das suas repartições fiscais, de aprimoramento do sistema de arrecadação com a utilização de tecnologia moderna, de uma divulgação mais ampla e objetiva da legislação tributária, são algumas das providências que estão sendo praticadas. O contribuinte de hoje tem acesso, sem nenhum embaraço, a qualquer repartição ou autoridade fiscal, para o tratamento de assuntos do seu interesse e o tem inclusive por telefone, com os mesmos resultados”, finalizou.